



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA - GERAL

PARECER Nº. 76/2014

ANTEPROJETO DE LEI Nº. 49 DE 2014.

*ALTERA O VALOR DA CESTA BÁSICA PREVISTO NO ARTIGO 1º DA
LEI MUNICIPAL N. 5.793, DE 24 DE MAIO DE 2011.*

I – RELATÓRIO

O Executivo encaminhou o Anteprojeto de Lei n. 49, de 2014 que altera o valor da cesta básica previsto no art. 1º da Lei Municipal n. 5.793, de 24 de maio de 2011.

Neste passo, especialmente por tratar-se de matéria eminentemente orçamentária e financeira, por força do art. 39 do Regimento Interno a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento deve oferecer também, como órgão de apoio técnico, seu parecer sobre a alteração para R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) a partir de 01 de maio de 2014, o valor da cesta básico, prevista na Lei Municipal n. 5.793, de 24 de maio de 2011, concedida aos servidores públicos do Município de Cascavel, com remuneração mensal de até R\$ 1.448,00 (um mil quatrocentos e quarenta e oito reais).



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ressaltamos sejam exarados Pareceres independentes para cada uma das Comissões, uma vez que não há no Regimento Interno previsão legal para a existência de uma Comissão Mista, o que seria mais adequado e simétrico, observando os moldes do Regimento Interno do Congresso Nacional onde há tal disciplina.

Para a análise do conteúdo normativo disposto no Anteprojeto de Lei n. 49 de 2014, a Procuradoria da Câmara realizou estudos jurídicos, de modo que neste momento processual, importa-nos também, verificar a presença de condições jurídicas, contábeis e de técnica legislativa constantes a este Anteprojeto, sem o estudo aprofundado dos valores financeiros estimados para a receita e fixação de despesas do município, que não são requisitos obrigatórios.

Neste passo, denota-se no Anteprojeto de Lei em análise o estudo do Impacto Orçamentário Financeiro, em consonância com os artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que abaixo transcrevemos;

"Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17."

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;(grifo nosso).



§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 3^a Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

Nesta linha, temos que o Anteprojeto de Lei n.

Rua Pernambuco 1843 – Centro – CEP 85810-021 – Cascavel – Paraná

Rua Fernão Botelho 1845 – Centro – CEP 05510-021 – Jundiaí/SP – Brasil
(11) 3001-3001 – contato@comarcaonline.br – adm@comarcaonline.br

[illegible]



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Anteprojeto em análise, por força de reserva legal em matéria financeira outorgada constitucionalmente ao Executivo.

Eis, em síntese, o necessário.

II – CONCLUSÃO.

Diante das argumentações acima lançadas e do conteúdo do Anteprojeto de Lei n. 49, de 2014, o Anteprojeto de Lei n. 49/2014, enviado pelo Executivo, reúne as condições de Constitucionalidade, Legalidade e Redação, razão pela qual recomendamos **PARECER FAVORÁVEL** da Comissão de Justiça e Redação.

É o parecer, *sub censura*.

Gabinete da Procuradoria-Geral, aos 15 de maio de 2014.

PASCOAL MUZELI NETO

PROCURADOR-GERAL

TIAGO ALEXANDRE GRANDO

OAB/PR 49.970